

ACTA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA DE 23 DE SETEMBRO DE 2011

----- No dia vinte e três do mês de Setembro do ano de dois mil e onze reuniu-se no Salão Nobre dos Paços do Concelho, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Lousada. A Mesa foi constituída pela primeira secretária Maria de Lurdes Castro em substituição do presidente da Assembleia e secretariada por Mário Sérgio Cunha e Joaquim José Rocha com a seguinte ordem de trabalhos: -----

----- 1 - Interpelação ao Sr. Presidente da Câmara e discussão de outros assuntos de interesse do Município; -----

----- 2 - Apreciação das informações remetidas pelo Sr. Presidente da Câmara nos termos da lei; -----

----- 3 - Fixação de Taxas nos termos do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis; -----

----- 4 - Segunda revisão ao Orçamento da Receita, Despesa e Plano Plurianual de Investimentos; -----

----- 5 – Eleição de um representante para o Conselho da Comunidade do ACES Tâmega III – Vale Sousa Norte. -----

----- Com a sessão marcada para as vinte e uma horas, não havendo quórum, procedeu-se à chamada às vinte e uma hora e trinta minutos tendo respondido à chamada: Joaquim Almeida Santos, Carlos Manuel Soares Nunes, Mário Sérgio Teixeira da Cunha, Cláudia Patricia Alves Pereira Lousada, Joaquim José da Silva Rocha, Ricardo Jorge Ribeiro Sousa Oliveira, Elsa da Silva Duarte Marques, Manuel Campos de Sousa Neto, Alberto Oliveira, José Augusto Campos Barros, João Amadeu Mesquita Baptista Ferro, Delfina Morais da Silva Campos, José Bernardino Pinto Nogueira, Jorge Filipe de Almeida Ferreira Peixoto, Ana Margarida Morais da Silva Neto, Nelson Ângelo Coelho Oliveira, António Filipe Cardoso Barbosa, Rui Filipe Ribeiro Magalhães, Branca Cecília Vieira de Sousa, Filipa Maria de Jesus Dias Ventuzelos, Francisco Xavier Teixeira Pires, José Moreira Morais presidente da Junta de Freguesia de Alvarenga, Manuel da Silva Ferreira presidente da Junta de Freguesia de Aveleda, Francisco Manuel de Moura Mendes presidente da Junta de Freguesia de Barrosas Santo Estêvão, Dora Manuela Santos presidente da Junta de Freguesia de Boim, António de Sousa Meireles presidente da Junta de Freguesia de Caíde de Rei, Eduardo António Taveira presidente da Junta de Freguesia de Cernadelo, João Luís Meireles presidente da Junta de

Freguesia de Covas, Jorge Simão Teixeira presidente da Junta de Freguesia de Cristelos, José Manuel Nogueira presidente da Junta de Freguesia de Figueiras, Antero Pinto Leal presidente da Junta de Freguesia de Lodares, Manuel Rolando Pinto presidente da Junta de Freguesia de Lousada São Miguel, Alberto Carlos Bessa de Sousa presidente da Junta de Freguesia de Macieira, Carlos Pedro Moreira, presidente da Junta de freguesia de Meinedo, José Luís de Magalhães Pacheco presidente da Junta de Freguesia de Nevogilde, António Carlos Ferreira presidente da Junta de Freguesia de Nogueira, José Ribeiro da Silva presidente da Junta de Freguesia de Pias, Fausto Manuel da Costa Oliveira presidente da Junta de Freguesia de Silvares, Adrião Paulo de Sousa Mendes presidente da Junta de Freguesia de Sousela, António Joaquim Queirós presidente da Junta de Freguesia de Vilar do Torno e Alentém e Maria de Lurdes de Castro, num total de quarenta e um membros. Estiveram também presentes o senhor vereador Pedro Machado em substituição do senhor presidente da Câmara e os senhores vereadores Leonel Vieira, Cristina Moreira, Maria Cândida Barreira, Eduardo Vilar e Agostinho Gaspar. -----

----- A Presidente da Mesa declarou aberta a sessão -----

----- PERIODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----

----- A presidente da Mesa começou por informar que por motivos de saúde o senhor presidente da Assembleia falta a esta sessão e que Manuel Campos de Sousa Neto substituíra o membro Maria Emilia Gonçalves Nunes Chamusca que comunicou uma ausência por trinta dias, José Augusto Campos Barros substituíra o membro José Manuel Teixeira Gonçalves que comunicou uma ausência por trinta dias, Ricardo Jorge Ribeiro de Sousa Oliveira substituíra o membro Cristóvão Simão Oliveira Ribeiro que comunicou uma ausência por trinta dias, uma vez que o candidato imediatamente a seguir na ordem da lista, Virgínia Monteiro, não se encontrava disponível, Jorge Filipe de Almeida Ferreira Peixoto substituíra o membro Vanda Sofia de Oliveira Bragança que comunicou uma ausência por trinta dias, Delfina Morais da Silva Campos substituíra o membro Joaquim José Correia Bessa que comunicou uma ausência por trinta dias e Elsa da Silva Duarte Marques substituíra o membro João Carlos Pinto Correia que comunicou uma ausência por trinta dias, uma vez que o candidato imediatamente a seguir na ordem da lista, Abílio António Ferreira Alves não se encontrava disponível. Esclareceu ainda que na acta

de vinte e nove de Abril de dois mil e onze, página cinco, linha trinta e oito onde dizia “mudáveis” passou a dizer “moldáveis”. -----

----- Eram vinte e uma horas e quarenta e dois minutos quando deu entrada na Assembleia o seguinte membro: Amâncio Santos presidente da Junta de Freguesia de Lustosa -----

----- De seguida foi posta à discussão a acta da sessão ordinária de vinte e quatro de Junho de dois mil e onze. -----

----- Não tendo havido intervenção por parte dos membros desta Assembleia, passou-se à votação da acta da sessão de vinte e quatro de Junho de dois mil e onze, que foi aprovada por unanimidade de quarenta e dois votos. -----

----- Seguiu-se o Período de Intervenção dos Grupos Municipais -----

----- Intervenção do Sr. Xavier Pires da CDU- Coligação Democrática Unitária: «Excelentíssima senhora presidente desta Assembleia, senhores membros da Mesa, senhor presidente da Câmara em substituição, Dr. Pedro Machado, senhoras e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados, senhores presidentes da Junta, público e comunicação social. Excelentíssimo senhor presidente da Câmara em substituição: o gabinete do grupo parlamentar do PCP na Assembleia da República recebeu um e-mail de um candidato a uma das vagas existente para professor de educação física - AEC, o qual, embora mantendo o anonimato, acusa a falta de transparência e isenção da parte dos técnicos da Câmara, que segundo o mesmo evidenciaram o favorecimento para com os dois elementos que ficaram aprovados para os referidos cargos. A ser verdade esta situação implica que o bom nome da instituição e dos eleitos democraticamente seja posta em causa. Seguidamente ao abrigo do artigo treze do Regimento desta Assembleia a CDU-Lousada propõe à Mesa uma Moção que trata da reorganização administrativa e que passo a citar: “Considerando que a seriedade e coerência de qualquer reforma da organização administrativa que se pretenda eficaz deve considerar prioritariamente a criação das Regiões Administrativas e não a extinção de freguesias ou municípios; A Assembleia Municipal de Lousada, reunida em vinte e três de Setembro de dois mil e onze, delibera: 1) - manifestar a sua convicção de que, pela exiguidade dos recursos públicos que lhe são afectos e pela forma exemplar como são aplicados: as autarquias locais têm um importante papel na

promoção das condições de vida local e na realização de investimento público, indispensáveis ao progresso local, no combate às assimetrias regionais e, no presente quadro, às acções que contribuam para atenuar os efeitos da crise e em particular aos reflexos sociais mais negativos que a aplicação do actual programa de ingerência externa está a impor aos portugueses. A extinção de autarquias que em quase nada contribuirá para reduzir a despesa pública, não só acarretará novos e maiores gastos para um pior serviço às populações como constituirá um factor de empobrecimento da vida democrática local; 2) - repudiar a intenção de extinguir as autarquias existentes, seja pela sua pura eliminação seja por recurso a qualquer forma de engenharia política, que lhes retire o que têm de essencial, a saber, os seus órgãos democraticamente eleitos, as suas atribuições próprias e a parte dos recursos públicos essenciais à sua existência e funcionamento nas condições de autonomia prevista na Constituição da República”.» -----

----- Intervenção do Sr. José Campos de Barros do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Senhora presidente da Assembleia Municipal e senhores secretários, senhor presidente da Câmara em substituição, senhores vereadores, ilustres membros da Assembleia Municipal, excelentíssimo público, senhores representantes da comunicação social. Pensava hoje ter uma intervenção fora do âmbito normal das minhas intervenções, no entanto, algo surgiu neste país que me obriga, coerente com a minha maneira de ser e respondendo à imposição da minha consciência e à ética que procuro praticar e ser coerente com ela, fazer referência a algo que se passou neste país e que considero extremamente grave, e a minha obrigação decorre ainda mais de que como todos sabem, frontalmente, lealmente fiz as críticas mais ferozes, mais ao governo, nunca ao partido mas ao ex-Primeiro-Ministro. Se assim foi, de maneira nenhuma posso deixar passar em claro o espectáculo que eu diria indecoroso, sem ética, sem moral que se passa na Madeira. E da mesma maneira que defendi o julgamento do ex-Primeiro-Ministro, defendo da mesma maneira o julgamento do actual governador da Madeira. Julgamento para ambos, são situações que não podem passar em claro. Ambos foram eleitos, quero esquecer o passado, a minha intervenção é centrada no presente. Foi uma eleição democrática, mas o facto das eleições serem democráticas não determina forçosamente que os eleitos o sejam. É esta a minha maneira de encarar a democracia e não mudo. Há uma referência que eu queria fazer: mesmo nos aspectos

mais negativos há sempre algo de positivo, e é uma ocasião ótima, propícia para que o actual primeiro-ministro demonstre a sua coerência política, demonstre a sua frontalidade, demonstre a sua coragem política. Será um teste de fogo que eu ficarei a acompanhar. Mais: outras pessoas, muitas neste país, infelizmente, mereciam julgamento semelhante. Poderão dizer que não havia cadeias em número suficiente, mas têm sempre uma solução: a construção civil está em crise, construíam-se mais duas ou três cadeias e o assunto ficava resolvido. E como comentário final queria apenas dizer: quando, pelo menos eu pensava que a intervenção e actuação do ex-primeiro – Ministro seria única, chego à conclusão como diz aquela canção “ afinal havia outra”. Agora várias referências a algumas situações, apenas no sentido construtivo, para alguns casos que me parecem facilmente corrigíveis. Queria manifestar, até como homem do desporto e ligado familiarmente ao desporto, a minha satisfação, no âmbito administrativo e burocrático estão reunidas as condições para que se concretize o programa “Marcha e Corrida” que aqui alvitrei. Parabéns, fico satisfeito e espero ansiosamente que a concretização tenha lugar em breve; se assim for, eu em vez de fazer as minhas caminhadas quase diárias pelas ruas até Freamunde, etc. estarei presente sempre que possível. Gostaria muito, se possível também, embora reconheça as limitações financeiras, que este programa se alargasse às freguesias. Há tempos chamei à atenção para o problema da sinalização das escolas e da segurança e enviei, a pedido do senhor presidente, para a Câmara um inquérito tipo: honestamente não sei qual é a situação. Chamo à atenção e gostava de saber o que é que foi feito. Porque já da outra vez foi prometido: prometer, prometer, a mim não me agrada nada, gosto de factos concretos. Foi-me pedido também, e já reparei a necessidade de criar um sistema de sinalética mais operacional que indique com mais facilidade o acesso, principalmente ao centro da cidade e fundamentalmente nos locais de saída principais de acesso ao centro. Tenho conhecimento concreto, e também porque me foi comunicado, de que há estacionamento de transportes públicos em rotundas, próximo ou mesmo em bifurcações ou cruzamentos, curvas e locais de risco contínuo. Nisto, só quero dizer, que as leis são todas para cumprir. Além do perigo, isto é um mau exemplo para os cidadãos que se tiverem procedimento igual são punidos. A lei, e isso é que é democracia, entendo eu, é igual para todos, seja quem for. Outra situação que eu queria chamar a atenção e que foi resolvida de imediato: aquando das obras no centro da vila, era um pandemónio autêntico para as pessoas que queriam entrar no centro da cidade, e isso foi reconhecido. Imediatamente me dirigi

à Câmara, onde fui extraordinariamente bem recebido e passado um quarto de hora, vinte minutos, estava tudo resolvido. Portanto é apenas uma achega, um alerta para obras futuras. Deixei de ver qualquer referência e há muito que não se fala na reparação da cento e seis, do cruzamento de Ribas até Vizela. Sei que não compete fazer as obras e mesmo que competisse neste momento de dificuldades financeiras haveria de ter-se atenção a isso, simplesmente espero que não estejam à espera das próximas eleições para pôr o aviso de que as obras se vão realizar. Outra situação é uma rotunda que está prevista no final da IC25 com a cento e seis; também sei que não é responsabilidade da Câmara mas gostaria que a Câmara exercesse pressão no sentido de que essa obra se realizasse, a fim de prever futuros problemas. Julgo que mais do que nunca se justifica uma iluminação racional dos diversos arruamentos. Considero que em certos locais há iluminação em excesso com lâmpadas acesas mais cedo do que se justifica e depois fechadas mais tarde do que se justifica. Julgo que seria uma maneira de poupar dinheiro; o dinheiro está muito caro, pelo menos para mim está. Outro assunto: apenas lembrar a colocação de recipientes para óleos usados, mais uma vez. Eu espero que tanto bata, tanto bata... que pelo menos um recipiente aqui ou acolá se consiga colocar. Repito que esta intervenção como sempre foi norteada no sentido de servir.» -----

----- Eram vinte e duas horas e cinco minuto quando deu entrada na Assembleia o seguinte membro: Carlos Manuel Fernandes, presidente da Junta de Freguesia do Torno. -----

----- Intervenção do Sr. Nelson Oliveira do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Excelentíssima senhora presidente da Mesa da Assembleia Municipal, senhores secretários, excelentíssimo senhor presidente de Câmara em substituição e restantes membros, deputados municipais, publico e comunicação social. Em primeiro lugar gostaria de felicitar o executivo pela entrada em funcionamento da escola de Nogueira, notamos que foi realizada com base num esforço financeiro da autarquia e que muito nos deve orgulhar, especialmente por se concretizar num momento como este, e em particular por estarem previstas mais infra-estruturas idênticas. Esta minha intervenção é feita no sentido de solicitar ao executivo da Câmara Municipal de Lousada a continuação de todas as medidas dentro das suas competências que se reportam às áreas da acção social, saúde e segurança. E isto porquê? Sabemos que os tempos actuais são difíceis, que os cortes são necessários para fazer face á delicada situação que vivemos

no meio desta crise internacional, finalmente aceite e reconhecida por todos sem excepção, mas estamos a assistir a uma fase em que os cortes nos rendimentos das famílias são acentuadíssimos e a intervenção das autarquias têm de ser fundamentais. Neste âmbito, gostaria de salientar as palavras da Dr.^a Cristina Moreira na semana passada no jornal, quando reconhece a sua preocupação face aos cortes realizados pelo Governo no âmbito da acção social. Pessoalmente partilho inteiramente esta sua posição, principalmente ao nível dos maiores de cinquenta e cinco anos e jovens desempregados, sendo importante que a autarquia possa continuar a apoiar estas pessoas mesmo com acentuada diminuição de verbas que todos nós temos conhecimento. Tal como tem sido feito, estas iniciativas no âmbito da acção social não são palavras ocas e só quem está por dentro desta realidade tem essa noção. Por outro lado, penso que acima de tudo, a solidariedade nos dias de hoje deve ser tida em consideração por todos, ser personalizada e não deve servir para efeitos de propaganda política. Por isso, não nos podemos imiscuir de comentar nesta vertente do Programa de Emergência Social apresentada pelo governo. Espero sinceramente uma única coisa, que este nunca confunda a solidariedade com a caridade, mas temo que este esteja a ser o caminho. Já no que se refere à saúde, penso que as autarquias vão ter uma palavra ainda mais importante a dizer no sentido de colmatar as demais intervenções, cada vez menos notórios do poder central. É sabido que temos um bom gestor à frente da pasta ministerial da saúde mas também temo que este comece a confundir o termos de doente com contribuinte, de cuidados da saúde essenciais com despesa. Já na segurança, é reconhecido por todos que atravessamos uma fase complicada e cada vez mais será assim. A meu ver, é necessário um reforço urgente dos meios materiais e humanos para que as nossas forças de intervenção possam actuar a sério junto da criminalidade crescente e que também está à vista em Lousada. E mediante isto, pelo que se sabe, no Orçamento de Estado para dois mil e doze o único Ministério que vai ter o aumento das verbas é o da Administração Interna. Esperemos que este reforço de verbas, venha a reflectir-se numa maior segurança para a população portuguesa e com o reforço de efectivos policiais e dos meios de socorro e não seja usada para promover uma política de bastão para responder às manifestações. Eu também acho que não é perceptível ao comum cidadão entender a razão pela qual se corta na saúde e educação, e se aumente as verbas na Administração Interna. É necessário, essencialmente neste momento, ter cuidado com os cortes para que as pessoas percebam a justiça deles.» -----

----- Eram vinte e duas horas e sete minutos quando deu entrada na Assembleia o seguinte membro: João Edgar Avelino, presidente da Junta de Freguesia de Lousada Santa Margarida -----

----- Intervenção do Sr. Rolando Pinto presidente da Junta de Freguesia de Lousada São Miguel: «Li hoje uma notícia do TVS que me chamou à atenção e me fez fazer uma retrospectiva do passado. Quando entrei para a Junta em mil novecentos e oitenta e dois, o executivo da Câmara era PSD e até mil novecentos e oitenta e nove não recebi um centavo para obras. As Juntas do PSD faziam obras porque recebiam. Em mil novecentos e noventa o executivo mudou e o bolo passou a ser melhor dividido por todos. A coligação “Lousada Viva” visita várias vezes as freguesias do concelho para criticar as Juntas socialistas e enaltecer as do seu partido, sendo assim, venho lembrar-vos que o concelho de Lousada é constituído por vinte e cinco freguesias, não se podem lembrar só de três Juntas e estar esperar que as restantes compreendam. Porque então começa a parecer-me que se a coligação estivesse à frente do executivo mantinham o rumo de quando entrei para Junta. Lembrem-se que o nosso presidente da República tem dito muitas vezes que os portugueses gastam mais do que aquilo que podem.» -----

----- Eram vinte e duas horas e catorze minutos quando deu entrada na Assembleia o seguinte membro: Dora Manuela Correia da Rocha -----

----- Resposta do Sr. Vice-presidente da Câmara: «Começando pela intervenção do senhor Xavier Pires relativamente á falta de isenção e transparência. Não sei propriamente a qual concurso se está a referir porque nessa área dos professores de educação física, julgo que houve dois concursos, um já decorreu há algum tempo no âmbito das actividades de enriquecimento curricular, não sei se será esse ou não. Se for esse é processado através de uma plataforma electrónica, onde são inseridos os critérios, e é na própria plataforma que mediante os critérios e a informação que lá é carregada que se faz a selecção. Se for esse, não vejo qualquer possibilidade de haver essa falta de isenção. Houve um outro mais recentemente também para técnico de desporto, não sei se será o caso ou não, mas de qualquer modo, qualquer candidato neste concurso ou noutra qualquer que ache que tem razões para reclamar deve fazê-lo e em última instância os tribunais existem para alguma coisa. A denúncia anónima não

me parece que seja o meio adequado para reagir perante as situações e portanto quem achar que foi lesado o que deve fazer é reclamar perante o júri, perante a Câmara e em última instância recorrer aos tribunais. Relativamente à intervenção do senhor capitão Campo de Barros. Quanto ao inquérito de sinalização que mandou para a Câmara, nós encaminhamos e oportunamente dar-lhe-ei conhecimento do ponto da situação. Concordo que é necessário reforçar a sinalização informativa para quem não conhece a vila e cá vem. Quanto ao estacionamento em rotundas e locais perigosos, eu não sei se estava a referir-se a alguém em especial, a alguma entidade. É um problema que de facto nós temos aqui na vila e temos feito chegar esta preocupação à GNR porque o estacionamento aqui em Lousada não está devidamente ordenado e fiscalizado. Quanto à cento e seis, eu diria que neste momento deve ser a pior ou a estrada em pior estado no nosso concelho. Como sabe, nós e as próprias Juntas, temos feito um trabalho conjunto de requalificação da rede viária e julgo que salvo um ou outro caso pontual que temos uma rede viária municipal em bom estado, e é com muita pena que vejo esta obra da cento e seis a aguardar melhores dias. Como sabem a obra foi adjudicada, inclusivamente foi consignada, o empreiteiro montou estaleiro e está a aguardar que lhe dêem indicações para começar uma vez que houve uma ordem de suspensão por causa destes problemas graves de tesouraria que o país enfrenta, de qualquer modo aquilo está a ficar numa situação insustentável, é impossível manter-se neste estado. Portanto o governo vai ter que resolver o problema, a EP também está com muitas dificuldades, o país não pode parar temos que tomar medidas se for caso disso. Quanto á iluminação pública, é uma preocupação ainda mais com este problema da taxa do IVA que também vai abranger a iluminação pública, a despesa vai disparar e é preciso tomar medidas. Nós em tempos já apresentamos uma candidatura para instalar reguladores de fluxo nas luminárias, são uns aparelhos que diminuem a intensidade da luz em função da programação que lhe quisermos dar, vai reduzir substancialmente o consumo, mas temos que ir mais longe, provavelmente teremos de retirar algumas luminárias, há locais em que todos os postes têm luminárias e não nos podemos dar a esse luxo, é um trabalho que tem de ser coordenado com os senhores presidentes de Junta para não ferir susceptibilidades, também é verdade que de quando em vez as luzes estão acesas mais cedo do que deviam mas isso tem que ver com o sistema automático que funciona através de umas células que podem estar avariadas mas é uma situação que tem de ser bem acompanhada. Relativamente aos recipientes de óleos usados, nós temos feito a recolha já

há alguns anos nos estabelecimentos públicos, na restauração, nas escolas, mas entendemos que essa recolha deve ir mais além. Portanto era fundamental nas freguesias ter óleões também, abrimos um concurso que está a chegar ao seu terminus para podermos implementar isso, como sabem dotamos todo o concelho de roupeiros para as pessoas depositarem a roupas. Relativamente à intervenção do Nelson Oliveira: também nós nos congratulamos com a abertura da EB 2,3 de Nogueira. Como sabem, era um anseio antigo da população lousadense, esta escola já esteve prometida muitas vezes, já esteve em PIDDAC e depois desapareceu com as mudanças de governo, é com muita satisfação que estive lá no dia em que abriu. Uma obra que todos devemos ao anterior governo, que fez uma aposta muito forte na área da educação e a meu ver uma aposta certa porque é uma aposta universal, pública para todos. É a única forma que temos para evitar que o fosso entre os mais pobres e mais ricos aumente. Dar igualdade de oportunidade a todos, e isso só se consegue investindo na educação pública de qualidade para todos. É necessário para além desta obra, continuar este percurso de requalificar todo o parque escolar, é isso que temos feito como sabem, temos em marcha mais sete empreitadas que já estão em fase de entrega de propostas para construir mais centros escolares, para dar cumprimento à carta educativa, e estou certo que Lousada vai ficar em termos de condições de equipamentos escolares muito bem colocada no panorama nacional. É evidente que a aposta na acção social, na saúde, na segurança é muito pertinente, não só por parte do governo mas também das Câmaras Municipais. Portanto é uma matéria que vejo com muito receio face aos constrangimentos actuais e de facto a intervenção do Nelson é pertinente, não podemos descurar estas áreas porque as necessidades vão-se agravar ainda mais face à actual crise.» -----

----- Eram vinte e duas horas e dezasseis minutos quando deram entrada na Assembleia os seguintes membros: Manuel Joaquim Mota presidente da Junta de Freguesia de Casais e Moisés Dias Ribeiro presidente da Junta de Freguesia da Ordem. -----

----- De seguida foi apresentada a Moção A da CDU- Coligação Democrática Unitária, sobre a reorganização administrativa do seguinte teor: Considerando que a Troika estrangeira em conjunto com os que no nosso país subscreveram o programa de agressão e submissão pretendem impor a redução substancial de autarquias (freguesias e municípios); Considerando que o poder local democrático, indissociável da existência de

órgãos próprios eleitos democraticamente, com poderes e competências próprias e agindo em total autonomia face a outros órgãos e, submissão apenas à Constituição, às leis, aos tribunais em sede de aplicação dessas mesmas leis e ao povo, é parte da arquitectura do Estado Português; Considerando ainda que as autarquias constituem um dos pilares da democracia pelo número alargado de cidadãos que chama a intervir, como representantes do povo, na gestão da coisa pública, pelas oportunidades de participação efectiva dos cidadãos em geral nas decisões que lhes interessam, pela forma aberta e transparente da sua acção e ainda pelas realizações concretas que promove e têm contribuído para a melhoria da salubridade, das acessibilidades, dos transportes, do acesso à saúde, à educação, à cultura e à prática desportiva; Considerando que o poder local democrático e as pessoas territoriais que o integram detêm atribuições únicas essenciais ao bem-estar das pessoas, à representação e defesa dos interesses populares e à concretização da vida em sociedade; Mais considerando que é herdeiro de tradições centenárias (milénares no caso de muitas freguesias que querem ver extintas) em cujo caldo se consolidaram e sobrevivem elementos essenciais da identidade comunitária à escala local e a própria identidade nacional, deles diversa, mas que os integre na sua múltipla diferença; Considerando, por fim que é residual o peso do poder local nas contas públicas e, em especial, ínfimo o das freguesias; Considerando que de há muito que alguns não se conformam com o carácter avançado, democrático e progressista do poder local e que alguns outros, em particular, de há muito considerando as freguesias como algo dispensável e até incómodo; Considerando que a seriedade e coerência de qualquer reforma da organização administrativa que se pretenda eficaz deve considerar prioritariamente a criação das Regiões Administrativas e não a extinção de freguesias ou municípios; A Assembleia Municipal de Lousada, reunida em 23 de Setembro de 2011, delibera: primeiro, manifestar a sua convicção de que, pela exiguidade dos recursos públicos que lhe são afectos e pela forma exemplar como são aplicados: - a) As autarquias locais têm um importante papel na promoção das condições de vida local e na realização de investimento público, indispensáveis ao progresso local, no combate às assimetrias regionais e, no presente quadro, às acções que contribuam para atenuar os efeitos da crise e em particular aos reflexos sociais mais negativos que a aplicação do actual programa de ingerência externa está a impor aos portugueses; - b) A extinção de autarquias que em quase nada contribuirá para reduzir a despesa pública, não só acarretará novos e maiores gastos para um pior serviço às

populações como constituirá um factor de empobrecimento da vida democrática local; Segundo, repudiar a intenção de extinguir as autarquias existentes, seja pela sua pura eliminação seja por recurso a qualquer forma de engenharia política, que lhes retire o que têm de essencial, a saber, os seus órgãos democraticamente eleitos, as suas atribuições próprias e a parte dos recursos públicos essenciais à sua existência e funcionamento nas condições de autonomia prevista na Constituição da República” -----

----- Intervenção do Sr. Carlos Manuel Nunes do Grupo Municipal “Lousada Viva”- Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «O senhor deputado Xavier Pires apresentou-nos aqui a sua Moção que se prende com um assunto que está na ordem do dia, e que é a reorganização administrativa e orgânica das freguesias do país. Concordando genericamente nos considerandos que a sua Moção apresenta, não deixo de lhe dizer que a Moção padece de alguma incorrecção quantos às deliberações que propõe a esta Assembleia. Eu julgo que o ideal será, não colocar a esta Assembleia sobre a forma de Moção deliberativa fechada, mas sim, sugerir a esta Assembleia um amplo debate aberto, participativo com todas as forças locais incluindo Assembleias de Freguesia. Julgo que é esse o caminho que deve ser trilhado para aí sim definirmos o melhor mapa concelhio no que toca à reorganização administrativa das freguesias.» -----

----- Intervenção do Sr. Joaquim Santos do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Corroboro inteiramente com o senhor Carlos Nunes, esta é uma Moção muito complicada e complexa, se bem que concordamos com alguns aspectos, outros discordamos. Por isso a nossa bancada vai-se abster.» -----

----- De seguida foi posta à votação a Moção A que foi que foi aprovada por um voto a favor e quarenta abstenções dos seguintes membros: Joaquim Santos, Mário Sérgio Cunha, Joaquim José Rocha, Elsa da Silva Marques, Maria Lurdes Castro, João Amadeu Ferro, José Bernardino Nogueira, Ana Margarida Neto, Nelson Ângelo Oliveira, Rui Filipe Magalhães, Filipa Maria Ventuzelos, Carlos Manuel Nunes, Claudia Patricia Lousada, Ricardo Jorge Oliveira, Manuel Campos Neto, José Campos de Barros, Delfina Morais Campos, Jorge Filipe Peixoto, António Filipe Barbosa, Branca Cecília de Sousa, José Luís Pacheco, presidente da Junta de Freguesia de Nevogilde, António de Sousa Meireles, presidente da Junta de Freguesia de Caíde de Rei, Jorge Simão Teixeira presidente da

Junta de Freguesia de Cristina, José Manuel Nogueira presidente da Junta de Freguesia de Nogueira, Alberto Carlos Sousa presidente da Junta de Freguesia de Macieira, Carlos Pedro Moreira presidente da junta de Freguesia de Meinedo, Fausto Manuel Oliveira presidente da Junta de Freguesia de Silvares, José Moreira Morais presidente da Junta de Freguesia de Alvarenga, Manuel Silva Ferreira presidente da Junta de Freguesia de Aveleda, Francisco Manuel Mendes presidente da Junta de Freguesia de Barrosas Santo Estêvão, Dora Manuela Santos presidente da Junta de Freguesia de Boim, Eduardo António Taveira presidente da Junta de freguesia de Cernadelo, João Luís Meireles presidente da Junta de freguesia de Covas, Antero Pinto Leal presidente da Junta de Freguesia de Lodares, Manuel Rolando Pinto, presidente da Junta de Freguesia de Lousada São Miguel, Amâncio Augusto Santos, presidente da Junta de Freguesia de Lustosa, António Carlos ferreira presidente da Junta de Freguesia de Nogueira, José Ribeiro da Silva presidente da Junta de Freguesia de Pias, Adrião Paulo Mendes presidente da Junta de Freguesia de Sousela e António Joaquim Queirós presidente da Junta de Freguesia de Vilar do Torno e Alentém. -----

----- Não participou na votação o seguinte membro: Alberto Oliveira -----

----- O número de votos apurados nesta Moção não corresponde ao número de membros presentes nesse momento na sala mas sim ao momento em que foi posta à votação, no período de intervenção dos grupos municipais, mais concretamente seguida da intervenção do senhor Xavier Pires da CDU-Coligação Democrática Unitária. -----

----- Foi ainda apresentada a proposta número três do seguinte teor: “A Mesa da Assembleia Municipal de Lousada, os Grupos Municipais e o membro independente propõem um voto de louvor ao jovem João Xavier que foi vencedor do primeiro prémio, nível superior de piano na final do Prémio Jovens Músicos 2011” -----

----- A proposta número três foi aprovada por unanimidade de quarenta e sete votos. -----

----- E a proposta número quatro do seguinte teor: “A Mesa da Assembleia Municipal de Lousada, os Grupos Municipais e o membro Independente propõem um voto de louvor à equipa de futebol júnior A da Associação

Desportiva de Lousada pela subida à 2ª Divisão Nacional ”-----

----- A proposta número quatro foi aprovada por unanimidade de quarenta e sete votos. -----

----- E a proposta número cinco do seguinte teor: “ A Mesa da Assembleia Municipal de Lousada, os Grupos Municipais e o membro Independente propõem um voto de louvor à atleta Sara Catarina Ribeiro, de Lustosa pela obtenção da medalha de bronze no Campeonato Europeu Sub 23, em Atletismo 10 000 metros, na República Checa” -----

----- A proposta número cinco foi aprovada por unanimidade de quarenta e sete votos. -----

----- PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

----- PRIMEIRO PONTO: - Interpelação ao Sr. Presidente da Câmara e discussão de outros assuntos de interesse do Município; -----

----- Intervenção do Sr. Carlos Manuel Nunes do Grupo Municipal “Lousada Viva”- Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «É uma questão muito simples, tenho muita estima pelo senhor presidente da Junta de Freguesia de São Miguel, mas não posso deixar de lhe responder que a sua intervenção foi um tanto ou quanto infeliz. Infeliz porquê? Porque sua excelência não tem acompanhado porventura toda a campanha, toda actividade, porque efectivamente toda a campanha e toda actividade da Coligação “Lousada Viva” se há uma bandeira que tem, bem vincada, que inclusivamente já por várias vezes repetimos nesta Assembleia Municipal, é a defesa e o apoio a todas as freguesias do concelho. Quanto a isso não há qualquer equívoco. Pois muito bem, sobre a proposta de apoio a estas três freguesias em concreto, lembrava o senhor presidente da Junta de São Miguel e toda a bancada do partido socialista que porventura comunga da mesma opinião, que sucedem executivos socialistas, que a dívida vem de executivos na Junta de Freguesia socialistas e que num outro caso obras avançaram com a promessa de ajuda, de apoio da Câmara Municipal e que neste momento estão em situação difícil de dificuldade financeira. Isso não inibe que a nossa defesa seja de apoio a todas as freguesias do concelho, mas também, não podemos esconder e escamotear ou virar a cara para o lado sobre três situações mais aflitivas que se vivem em freguesias deste

concelho e é para isso que nós alertamos e que solicitamos o apoio e uma atenção devida da Câmara Municipal.» -----

----- Eram vinte e duas horas e vinte e sete minutos quando deu entrada na Assembleia o seguinte membro: Jorge Manuel Ferraz de Freitas Neto -----

----- Intervenção do Sr. António Filipe Barbosa do Grupo Municipal “Lousada Viva”- Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Excelentíssima presidente da Assembleia e restantes membros da Mesa, excelentíssimo presidente da Câmara em substituição, excelentíssimos vereadores e vereadoras, excelentíssimos membros desta Assembleia. Sem qualquer tipo de rodeios porque neste assunto o que mais tem existido são rodeios, meias verdades e sem medo de utilizar as palavras adequadas, inverdades não podemos deixar de manifestar a nossa estranheza diante dos factos recentes relacionados com o assunto do aterro sanitário de Lustosa e com a construção de um novo alvéolo com conseqüente prolongamento do prazo. Aliás, parece-nos que ao longo dos anos, este problema, porque neste momento é isso mesmo, é um problema, foi tratado no mínimo com alguma leviandade. E se isto não é verdade como podemos explicar os recentes acontecimentos, relacionados com o assunto tratado nesta Assembleia e pouco mais de trinta dias depois, na Assembleia de Associação de Municípios foi aprovada a ideia de prolongamento? Ora, eu não posso deixar de recordar que foi aprovada nesta Assembleia por unanimidade, todos os membros desta sala aprovaram sem excepção a Moção apresentada que dizia claramente, inequivocamente que o aterro não deveria ser prolongado, que defendíamos o princípio da rotatividade e que os terrenos deveriam ser devolvidos à freguesia. Ora, as recentes notícias da comunicação social dão-nos conta que aquilo que se passou não foi nada mais que um acto solene de boas intenções, para ser atropelado pouco tempo depois, uma vez mais, repito, no dia trinta de Maio de dois mil e onze em reunião do conselho directivo da Associação de Município do Vale do Sousa que fez uma proposta exactamente no sentido contrário da Moção aqui aprovada, trinta dias depois. Aliás, o atropelamento é tal que nas palavras enviadas aos membros desta Assembleia pelo presidente não aparece uma única referência a este assunto. Mais, a acta da reunião da Câmara do dia cinco de Setembro de dois mil e onze é-nos enviada apenas com o ponto quatro onde se refere ao IMI e nessa mesma reunião no ponto dez foi abordado o assunto do aterro e parece-me que era tão importante esse assunto como o assunto do IMI e que deveria ser transcrita a acta e

enviada a cada um de nós. Solicitei que me enviassem a acta com o ponto dez e o ponto dez tem o seguinte título: Associação de Municípios do Vale Sousa - Construção de um alvéolo provisório junto ao aterro de Lustosa - Manutenção da estação de triagem de Lustosa. Este ponto foi introduzido pelo senhor presidente da Câmara da seguinte forma: “ Esta questão tem sido abordada há uns tempos apesar da decisão da Associação de Municípios para utilização do novo aterro de Paços de Ferreira, há um problema que é necessidade de por um lado adquirir os terrenos por outro há todo um processo burocrático tendente à sua implementação em Paços de Ferreira que tem um timing que provavelmente não se compadece com terminus do aterro de Lustosa, logo tem que se encontrar uma solução para a deposição dos resíduos. Em Lustosa estão montadas todas as infra-estruturas necessárias para o funcionamento do aterro, nomeadamente a produção do biogás que tem um rendimento significativo para a ambisousa. Por outro lado a estação de triagem que pelo produto de venda de resíduos reciclados à Sociedade Ponto Verde cria também uma receita apreciável para além de ser geradora de emprego, por ali trabalharem várias pessoas de Lustosa. O problema dos lixiviados existentes no princípio do aterro estão, há cerca de um ano, resolvidos com ligação directa à rede. Pelas circunstâncias económicas do município, não é possível encarar a construção de um novo aterro, uma vez que de momento não existe comparticipação de fundos Comunitários para este tipo de equipamentos, tal situação acontece também no aterro de Penafiel.” A primeira questão é muito simples, na reunião da Associação de Municípios o senhor presidente de Câmara por acaso disse aquilo que tinha sido decidido nesta Assembleia por unanimidade, repetiu aquilo na reunião da Associação de Municípios que nos disse depois da Moção ser aprovada? Infelizmente não teve a oportunidade de o fazer porque, segundo a acta da Associação de Municípios, no preciso momento em que o assunto ia ser debatido recebeu um telefonema inadiável que o fez sair da sala. Ora o assunto foi decidido como muito bem entenderam. Mas vamos a mais factos as razões invocadas para o prolongamento não são novidade para ninguém, já existiam quando se iniciou o aterro de Lustosa e existiam ainda de forma muito mais premente quando em Abril se aprovou nesta Assembleia a Moção votada por unanimidade, ou, vamos ser honestos, a necessidade de Paços de Ferreira adquirir os terrenos, iniciar o processo burocrático de licenciamento e a construção do novo aterro, isso tudo ter de acontecer impreterivelmente antes do encerramento do aterro de Lustosa, aconteceu assim de repente? Foi passado poucos dias do vinte e nove de Abril que

estes factos aconteceram? Parece-nos que a resposta é óbvia para todos nós. Ora aquilo que aconteceu e como nos mostra a intervenção inicial do senhor presidente da Câmara e as recentes declarações em inúmeros órgãos de comunicação social, Verdadeiro Olhar, TVS, Rádio Clube de Penafiel, apontam por uma questão estritamente económica e passo a citar “ pelas circunstâncias económicas do município não é possível encarar a construção do novo aterro, uma vez que no momento não existe participação de fundos comunitários para este tipo de equipamentos.” Ora a questão económica não nos é indiferente, nunca foi nem nunca será. Aliás é uma questão que nos merece reflexão, sentido de responsabilidade e muita ponderação. Na reunião do executivo aquilo que nos é proposto pelo senhor presidente de Câmara é exactamente o contrário daquilo que esta Assembleia aprovou no dia vinte e nove de Abril. É proposto, sem mais, sem nenhuma contrapartida que se prolongue o prazo de vida do aterro de Lustosa, ou seja, a proposta inicial do executivo era prolongar porque não há dinheiro. Ora diante desta realidade incontornável os vereadores da coligação além de manifestarem a sua estranheza diante de tão repentino volte face nos acontecimentos não ficaram indiferentes e apresentaram uma proposta alternativa, no mínimo era necessário garantir que quando se iniciar a rotatividade dos aterros, ou seja, quando for construído o aterro de Paços de Ferreira e depois em Felgueiras estes aterros tenham pelo menos o mesmo prazo de vida que terá o aterro de Lustosa. O que é que há nesta proposta da coligação “Lousada Viva” oportunismo, demagogia, desresponsabilização ou há exactamente o contrário de tudo isso? Aceite a proposta pelo presidente, a proposta dos vereadores da coligação “Lousada Viva” esta é levada à reunião do Conselho Directivo da Associação de Municípios do Vale do Sousa do dia doze de Setembro e é remetida a proposta para deliberação posterior para reunião de Câmara de dezanove de Setembro. Ora na reunião de dezanove de Setembro, os vereadores da Coligação “Lousada Viva” votam favoravelmente esta proposta, os vereadores socialistas abstêm-se. Que quer isto dizer? Que significa a abstenção de todo o executivo socialista mas muito particularmente do vereador do ambiente? Que significa o seu silêncio? Sobre este assunto não se lhe conhece uma palavra, recente nem uma. Já sabíamos que a Câmara de Lousada de vez em quando tem um vereador que por acaso também é chefe do gabinete do presidente, agora passamos a saber que há um vereador do ambiente que quando é necessário não diz nada, ou há uma necessidade, ou não de construir o novo alvéolo de Lustosa, esta é a questão central. Há ou não há? Paços de Ferreira não avançou com o

processo, o aterro de Lustosa tem prazo de validade de um ano, também já sabíamos, e sejamos honestos, também já sabíamos que não havia dinheiro para construir um aterro novo. O que vem nas actas e na comunicação social é uma defesa do princípio da rotatividade fazendo valer e muito bem aquilo que foi aprovado, não estou contra isso, mas não se pode dizer que se defende o princípio de rotatividade e por outro lado vir dizer em todo o lado e mais algum que não há dinheiro para construir o novo aterro. Neste ponto, permitam-me que utilize uma expressão muito cara ao nosso povo, “ não se pode dar uma no cravo e outra na ferradura”, ou se quer ou não se quer. Essa é uma das regras da lógica, não se pode ter e não se pode ser ao mesmo tempo sobre o mesmo aspecto. Defende-se a rotatividade porque tem de ser, muito bem, mas reforça-se o prolongamento como única alternativa. Em que é que ficamos? Diante do dilema desta decisão verificamos uma atitude surpreendente, a de Pilatos, que no pretório decide não tomar posição, lavando as mãos do que quer que seja decidido, como se nada daquilo tivesse a ver com ele. Aquilo não tem nada a ver com ele e aqui passou-se exactamente a mesma coisa. Aquilo não tem nada a ver com o executivo socialista, este problema não é deles. Aliás, a verdade é que todo este processo é gerido há mais de vinte anos por este executivo mas não tem nada a ver com eles. A questão é: É indiferente prolongar o prazo? É indiferente construir o novo aterro? As duas decisões são semelhantes? As consequências são iguais? Quanto custaria ao município de Lousada se mantivermos, e eu manterei a minha decisão intransigente de manter o princípio da rotatividade e do não prolongamento do prazo de vida do aterro em Lustosa. Desde já se voltar à Assembleia Municipal garanto que votarei contra, porque há vários anos que me debato com este problema e manterei a mesma posição. Mas quanto custaria ao município construir o novo aterro? Ou seja, quanto é que nós teríamos de investir, porque há uma parte que cabe ao município de Lousada, se tivéssemos de construir um novo aterro em Paços de Ferreira? Ou quanto custa do ponto de vista estritamente económico porque do ponto de vista ambiental os prejuízos já são incontáveis, o presidente reconhece que só há um ano é que resolveram o problema dos lixiviados. Foram apenas doze anos, doze anos em que as populações se debateram com esta questão e que sempre lhe foi negada razão mas só há um ano é que lhe ligaram os lixiviados à rede, porque tinham apenas tratamento primário. Quanto é que custaria do ponto de vista estritamente económico, porque ambiental não contabilizamos o prolongamento? Ora levantou-se outras questões, se construirmos o novo alvéolo quanto tempo ele fica em Lustosa e como garantimos que ele não

vai ser reanimado, reanimado, ocupando a totalidade da Serra de Campelos. O executivo pretende fundamentar convenientemente a decisão do prolongamento e apresentar uma nova proposta à Assembleia para que esta revogue a decisão do dia vinte e nove de Abril? E para finalizar uma pergunta muito concreta que gostaríamos de ver respondida. Senhor presidente de Câmara em substituição que neste caso é também o vereador do ambiente, antes, durante e após a última reunião de Câmara, o senhor presidente de Câmara proferiu publicamente várias vezes argumentos favoráveis à manutenção do aterro de Lustosa por mais quatro anos, mas na reunião de Câmara optou pela abstenção. São capazes de nos explicarem esta contradição? É verdade e a verdade é esta, é que se não fossem os vereadores da coligação “ Lousada Viva” a assumirem responsabilidade, todos teriam se absterido e a posição do presidente de Câmara defendida publicamente não teria sido aprovada. Ora, é caso para afirmar que desta vez a grande maioria socialista foi mesmo pequena, esteve ausente e não assumiu a responsabilidade.» -----

----- Intervenção do Sr. José Luís Pacheco presidente da Junta de Freguesia de Nevogilde: «Eu gostaria só de lembrar aos senhor Carlos Nunes uma coisa: eu fui presidente da Junta vinte anos pelo PSD e nunca houve ninguém dessa bancada que se levantasse para vir defender o presidente de Junta do PSD ou a freguesia de Nevogilde. Como tal o senhor respondeu ao senhor presidente da Junta de São Miguel a dizer que estava em causa as vinte e cinco freguesias mas vocês nunca defenderam Nevogilde nem o presidente da Junta. Muito obrigado, porque eu era um bom presidente de Junta e não precisava que vocês me defendessem.» -----

----- Intervenção do Sr. Nelson Oliveira do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Já que estamos a falar das Juntas de Freguesia. Na semana passada a coligação fez uma conferência de imprensa muito curiosa, em que apontou algumas críticas ao executivo socialista desta autarquia. A orientação seguida é sempre a mesma, baseia-se na pura demagogia. Às escuras, dispara-se para todo o lado com as mais ridículas argumentações políticas. Mas no que se refere a um ponto muito concreto e particularmente numa altura destas, a coligação diz que a Câmara Municipal de Lousada não apoia determinadas Juntas de Freguesia. Isto é completamente irreal. Desde já, as pessoas e inclusive a comunicação social não acham estranho que as únicas freguesias que merecem preocupação por parte do PSD/CDS só aquelas presididas pelos seus

elementos? Isto é uma repetição daquilo que alguém disse aqui, mas temos de continuar a repetir. Será que as do PS não têm dificuldades? Desde dois mil e nove, momento em que entrei para Assembleia que tem sido sempre assim, isso é sinal mais do que evidente de que o PSD/CDS nunca se irá preocupar com todos os lousadenses. Mais do que isso, é a tentativa constante que existe em fazer crer que a Câmara é responsável pelas dívidas, obras, gestão e tudo o que queiram pensar, realizado por uma Junta. Posto isto e na verdade as transferências da Câmara Municipal para as Juntas de freguesia são contrapartida pela assunção destas, de competências delegadas pela Câmara Municipal. É o que tem acontecido com a celebração dos protocolos para a conservação e reparação de escolas e dos protocolo para obras e melhoramento (conservação e limpeza de valetas, bermas, caminhos, etc.). É preciso que se saiba, que essa delegação de competências é voluntária e não obrigatória, requerendo a aprovação dos órgãos do município e da freguesia. Por sua vez, as respectivas transferências efectuadas pela Câmara não se destinam a financiar as Juntas de Freguesia, mas antes a compensá-las pela assunção de competências que não eram suas até ao limite protocolado. Posto isto, penso que é necessário repetir que as Juntas de Freguesia são autónomas e independentes. Isso que fique bem claro. Quando a coligação refere que a Câmara deu a anuência para determinados projectos das Juntas, isto é uma falácia, isto é uma tentativa para manipular a opinião pública. Sejam sérios, um pouco de política de verdade, tantas vezes falada. De uma vez por todas. As Câmaras não exercem tutela para com as Juntas, e a prova disso é que qualquer Câmara não pode impedir uma Junta de Freguesia de executar um determinado projecto que esteja dentro das suas competências. A Câmara Municipal não dá nem tem que dar anuência aos investimentos ou compromissos financeiros assumidos pelas Juntas de Freguesia. Mais, a Câmara não tem a possibilidade de impedir que esses investimentos e compromissos sejam tomados. Convém esclarecer que as freguesias têm património e finanças próprias, cuja gestão compete aos respectivos órgãos, conforme consta do artigo terceiro da Lei das Finanças Locais. Por outro lado é lógico que a Câmara pode e deve ajudar todas as freguesias, mas mais que uma vez foi aqui falado que nas redondezas, somos dos poucos concelhos até que ajudamos as freguesias mesmo não sendo essa a nossa obrigação. Mas eu concordo com esse facto, tomara nós que pudéssemos cobrir tudo aquilo que as Juntas gastam de uma forma racional. O mais grave de tudo isso é sabermos que a coligação propõe ainda que se “converse” com as restantes Juntas para que estas sejam mais solidárias

com aquelas que tem mais dificuldades. Isto é de todo insensato. Não deveria ser eu aqui a levantar a questão que também já foi aqui levantada, mas será que, todas as Juntas de freguesia, não lhes chegam os problemas financeiros que já têm, que ainda tem de dar para os outros? Eu acho que cada um sabe das suas necessidades, cada Junta tem de ser competente para saber o que tem e o que pode gastar, senão entramos num sistema em espiral de culpas. Se existem dívidas que foram contraídas por executivos anteriores, é óbvio que essas têm de ser assumidas pelos actuais executivos, não há fuga possível. Agora não há soluções mágicas que façam tudo voltar à “estaca zero” com os novos mandatos. Se calhar por exemplo com o Governo Regional de Madeira exige que as suas dívidas sejam pagas pelo Governo da Republica também as Câmaras gostariam que as suas dívidas sejam pagas pelo governo mas isso não pode ser assim. Basicamente o que estamos a assistir é a promoção da desresponsabilização constante dos executivos das Juntas por parte do PSD/CDS, principalmente num momento de extremo aperto financeiro para as restantes Juntas, autarquias e todo o país em geral, e ainda vêm com a conversa para os jornais a dizer que a Câmara Municipal de Lousada não ajuda as freguesias. Isto não tem qualquer cabimento. Eu deixo a pergunta a todos os presidentes de Junta, principalmente aos eleitos pelo PSD/CDS, estarão eles na disponibilidade de abdicarem do dinheiro que tem destinado ao auxílio das suas populações para entregarem a outras pessoas? Estranha-se ou talvez não que os senhores vereadores da coligação “Lousada Viva” não tenham feito alusão a este facto na apresentação das causas das dificuldades financeiras das Juntas de Freguesia. Mas em boa verdade, é necessário reconhecer a coerência da posição da coligação que procura sempre justificar, de forma habilidosa e por vezes arditosa, que a culpa é sempre da Câmara Municipal. Eu acho que se calhar também poderiam aproveitar o facto de terem o actual Governo PSD/CDS a comandar os destinos de Portugal para pedirem o aumento das transferências financeiras para o Fundo de Financiamento das Freguesias. Isso sim seria louvável. Agora defender que a Câmara deve pagar as dívidas das Juntas de Freguesia com maiores dificuldades é uma proposta que eu, sinceramente viola todos os princípios basilares da administração local, da legalidade, da autonomia financeira, a sustentabilidade, da igualdade e da equidade. Mais uma vez e em jeito de conclusão, eu acho que a Câmara de Lousada deve ajudar as freguesias em termos monetários como tem feito há largos anos e ninguém pode dizer o contrário. Agora tem de haver controlo financeiro por parte de todos e cada um tem de saber até onde pode ir sem colocar em causa a saúde financeira

das diversas instituições. Foi por não sabermos fazer isto que o nosso país está conforme está, todos pensavam que poderiam gastar à vontade que vinha alguém sempre para cobrir o prejuízo mas não é assim.» -----

----- Resposta do Sr. Vice-presidente da Câmara: «Começando pela intervenção do Dr. Carlos Nunes e pegando também na intervenção do Nelson Oliveira que tem a ver com as Juntas. Eu concordo com a intervenção do Nelson, de facto é uma situação que nos preocupa, não só o caso destas três freguesias, há outras certamente com muitos problemas mas não podemos entrar por esse caminho, desde logo, porque não é essa a nossa missão, não me parece inclusivamente que seja legal fazer isso. É evidente que as Câmaras Municipais com problemas também não podem reportar ao governo as suas dívidas. O governo também gostaria de reportar as suas à União Europeia e por aí adiante. Não é fácil encontrar uma solução para estes casos, o ideal é que tudo isto não tivesse chegado a este estado. Agora não podemos entrar por esse caminho, sendo certo que estamos sempre disponíveis para tentar encontrar soluções que não ofendam esses ditos princípios que aqui foram falados nomeadamente o princípio da igualdade. Relativamente à intervenção do Dr. Filipe Barbosa. Eu sinceramente estive a ouvi-lo atentamente e pareceu-me uma peça de teatro para justificar o sentido de voto dos meus colegas vereadores da coligação. Só vejo isso dessa maneira, não sei se foi o senhor que escreveu a história ou se lha escreveram. O certo é que quem escreveu a história documentou-se muito mal. Devia ter-se documentado melhor e certamente a peça de teatro teria sido muito mais profícua. Começando por alguns aspectos que referiu, e é pena o senhor presidente não estar aqui para se defender relativamente àquilo que ele disse nas reuniões, mas eu também estive presente nas reuniões e portanto também sei muito bem o que ele disse. É falso que ele tenha dito que o problema dos lixiviados ficou resolvido há um ano ou se o disse não era esse o sentido, o que aconteceu há um ano é que os lixiviados foram ligados à rede mas o problema dos lixiviados, e o senhor sabe isso porque é lá de Lustosa, mas o problema está resolvido há muitos anos. Agora era uma solução muito onerosa porque obrigava ao transporte de todos os lixiviados para uma ETAR fora do concelho. Havia camiões cisterna que transportavam esses lixiviados depois de serem sujeitos a um pré-tratamento que eram transportados para fora do concelho, é evidente que isso tinha custos muito grandes e logo que se conseguiu ligar os dois aterros à rede pública assim o fizemos e no caso concreto os lixiviados estão a ser drenados para a bacia de Vizela.

Como digo documentou-se mal, foi pena não ter falado com os seus colegas que fazem parte da Comissão de Acompanhamento do Aterro, mas também se falasse com eles não adiantava muito porque eles têm faltado às reuniões e não iriam conseguir elucidá-lo mas fariam o pedido de esclarecimento. De facto fiquei arrepiado com tantas asneiras que ouvi, sinceramente, nunca ouviu uma palavra minha, eu já falei nesta Assembleia sobre o aterro mais que uma vez, se calhar não esteve presente só assim é que eu posso perceber a sua intervenção. Falou aqui na Moção que foi aprovada aqui na Assembleia Municipal, onde de facto houve unanimidade, e percebe-se porque é que houve essa unanimidade porque por princípio todos concordamos com aquilo que aqui votamos. Agora é evidente que foi votada uma Moção com determinado teor que se calhar não abordou todos os aspectos importantes para a decisão e por essa razão foi votada por unanimidade. Depois refere aqui que o senhor presidente apresentou uma proposta para prolongamento do aterro. O senhor presidente não apresentou proposta nenhuma de prolongamento do aterro. O senhor presidente limitou-se a agendar para a reunião de Câmara uma proposta da Associação de Municípios do Vale do Sousa para deixar á consideração da Câmara Municipal e adianto-lhe mais, essa proposta da Associação de Municípios há-de ser presente aqui também na Assembleia Municipal. Depois há-de ter a oportunidade para reflectir sobre o assunto e ponderar sobre a decisão que há-de tomar, o senhor e os outros membros desta Assembleia Municipal. A Câmara Municipal está neste processo de uma maneira transparente e empenhada para resolver o problema, não vamos fazer isto às escondidas de ninguém, não vamos fazer isto sem que a Câmara Municipal, toda ela, se possa pronunciar sobre este assunto e a própria Assembleia também. E portanto certamente na próxima Assembleia Municipal o assunto será tratado aqui e terão oportunidade para tomarem o sentido de voto que entenderem. Agora o que o senhor presidente disse na comunicação social e na própria reunião de Câmara, no fundo aduziu uma série de argumentos que de algum modo poderão justificar a tolerância para este prolongamento do aterro. O que não quer dizer que, quer o senhor presidente, quer nós eleitos pelo partido socialista, não preferíssemos outra solução, certamente que preferíamos, inclusivamente os senhores vereadores que votaram a favor certamente que eles preferiam outro tipo de solução. Agora, julgo que a abstenção é um modo legítimo de exercer o poder. Se vocês o fazem por quê que nós não o podemos fazer? Explique-me isso? Não percebo, vocês podem abster-se por tudo e por nada e porquê que nós não nos podemos abster? E é fácil de perceber o nosso sentido de voto porque obviamente

preferíamos outra solução. Agora consideramos que face a todos os argumentos importantes para a decisão não havia também razões que nos obrigassem a votar contra. Basicamente foi isso que esteve em causa e os senhores sabem muito bem que era isso que estava em causa. Sabem muito bem que não há problemas de ordem ambiental na gestão daqueles dois aterros e neste em particular, isso está tudo assegurado, porque se assim não fosse, obviamente que o nosso voto seria contra como é óbvio. Portanto, volto a referir, vejo a sua intervenção como uma peça infeliz de teatro.» -----

----- Intervenção do Sr. António Filipe Barbosa do Grupo Municipal “Lousada Viva”- Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP em defesa da honra: «Ora as asneiras foram baseadas em factos, actas, eu limitei-me a citar a acta da reunião de Câmara, primeiro, se o que lá está não é bem assim, eu não tenho responsabilidade. Eu limitei-me a ler o que lá estava. Segundo, eu fiz uma série de perguntas concretas que apesar de ter dito aqui enumeras asneiras, imensas asneiras, não me disseram quais, mas devo ter dito muitas mas não vi nenhuma resposta a essas perguntas.» -----

----- Eram vinte e duas horas e cinquenta e dois minutos quando se ausentou definitivamente desta Assembleia o seguinte membro: Jorge Manuel Ferraz de Freiras Neto. -----

----- SEGUNDO PONTO - Apreciação das informações remetidas pelo Sr. Presidente da Câmara nos termos da lei; -----

----- Intervenção do Sr. António Filipe Barbosa do Grupo Municipal “Lousada Viva”- Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Já aqui foi referido e as palavras do presidente também o referem que o ano lectivo decorreu com bastantes novidades, aliás já foram aqui referidas e foram mesmo bastantes, muitas delas positivas e com elas congratulamo-nos, como refere a intervenção que nos é dirigida, o que é positivo nós aplaudimos, mas algumas delas e não foram poucas, nem menores foram menos positivas. Se é verdade que algumas obras dos centros escolares foram adjudicadas para a construção ou requalificação e foi inaugurada a escola de Nogueira, também não deixa de ser verdade que algumas escolas do primeiro ciclo do concelho abriram com turmas mistas. É claro, e inúmeros estudos provam isso, que do ponto de vista pedagógico esta decisão não é nunca a mais adequada, aliás, só deve ser tomada em último

recurso. Acontece que isto em Lousada não sucede apenas numa escola é em mais que uma, mas há uma em particular a de Pereiras¹ em Caíde, onde isto atinge o inimaginável, há uma turma com três níveis, pelo menos é essa a referência que a Associação de Pais faz numa comunicação enviada ao presidente de Junta. Primeiro, terceiro e quarto ano e estranhe-se ainda mais nessa mesma turma existem dois alunos com necessidades educativas especiais. Eu gostava de saber porque é que há turmas mistas em Lousada? Ou se não há, se calhar estou a dizer aqui mais uma série de asneiras. Na comunicação social o vereador da educação refere no “ Verdadeiro Olhar” que a decisão de formar as turmas depende dos agrupamentos, é verdade depende dos agrupamentos, com isto quer dizer que o município não tem qualquer responsabilidade neste assunto. No entanto, também não deixa de ser verdade que a elaboração e aplicação da já famosa Carta Educativa Municipal, e que já foi referida aqui hoje, continua sem estar disponível no site da Câmara, ainda ontem fui lá e não encontrei. Agradeço esclarecimento. A Carta Educativa Municipal é da responsabilidade da Câmara Municipal, o documento após uma leitura de evidências, tal como a taxa de natalidade a distribuição populacional do concelho, o nível sócio - económico das populações deve desenvolver um conjunto de opções adequadas ao interesse das populações, decisões políticas baseadas em estudos, em factos concretos. Como refere o professor Joaquim Azevedo num recente livro publicado “ a liberdade e a política pública da educação ensaio sobre o novo compromisso social pela educação” temos de trazer novamente a política para a educação, porque há decisões que em último recurso não deixam de ser decisões políticas. Ora a construção ou encerramento de escolas é em último recurso uma decisão política, fundamentada em estudos, demográficos, taxas de natalidade, pedagógicos e sociais, mas em último recurso é sempre uma decisão política. Ora há muito tempo que falamos de uma completa disparidade de critérios relativamente às decisões tomadas, aliás mais disparidade de critérios achamos que eles não existem, mas mesmo considerando que eles existem, o que nós vemos em Lousada, e bem, existem centros escolares de topo e a alguns minutos de distância existem escolas com turmas mistas. Ora não há aqui nenhuma responsabilidade do Município ou as decisões impopulares mesmo quando evidentes não são para tomar? Outra questão, há alguma data prevista para o fim das obras exteriores da escola de Nogueira? Uma última questão, na segunda-feira na Junta de Freguesia de Caíde vai haver um leilão de lotes e no catálogo enviado o lote onze e doze em leilão são por acaso os lotes onde estão edificadas, os edifícios da escola de Pereiras 2

e dos Bombeiros Voluntários de Caíde, alguém nos pode explicar porquê que isto acontece? Se isto é uma asneira minha, se é um erro da leiloeira que enviou o catálogo?» -----

----- Resposta do Sr. Vice-presidente da Câmara: «Antes de passar a palavra ao senhor professor Vilar para falar sobre a questão das turmas mistas e da Carta Educativa que já está disponível na internet, posso adiantar que os arranjos exteriores da EB 2,3 ficarão prontos a curto prazo, depois a obra ainda vai continuar na requalificação da estrada mas o mais urgente é pavimentar aquele parque porque nesta altura o pó é insuportável e agora vindo a chuva virão as lamas. Estamos conscientes da urgência de resolver isto e será resolvido a muito curto prazo. Relativamente à outra questão dos lotes onze e doze do loteamento de Caíde. Só um deles é que diz respeito á Câmara, será o doze onde está edificada a escola, estamos atentos ao problema e a diligenciar no sentido de o resolver, aliás o problema que ali está em causa nem se resume só à escola, resume também a problemas que aquele loteamento tem no âmbito das obras de urbanização que a Câmara vai ter de intervir para os resolver e tem que ser ressarcida desses custos. Portanto o que nós estamos a fazer é uma reclamação de créditos junto do processo de insolvência para fazer face a estes dois problemas. O assunto está devidamente acompanhado e acautelado.» -----

----- Resposta do Sr. Vereador Eduardo Vilar: «De facto Dr. Filipe Barbosa naturalmente que há decisões que têm de ser políticas, e temo-las tomado, se o não tivéssemos feito Lousada não era como é a nível nacional um dos exemplos na área da educação, isso é absolutamente inegável, não o digo por excesso de vaidade, mas porque acho que este é de facto um distintivo dos lousadenses e não meu naturalmente. O meu modesto contributo foi do empenho que sempre tive e espero continuar a ter independentemente de estar aqui ou noutras funções. Portanto, permita-me, usando da experiência que já tenho há uns bons anos, eu lembro-me de o ver na escola e já era professor, permita-me dar-lhe nota do seguinte: nós temos noventa e cinco turmas do primeiro ciclo, temos dois terços do concelho já coberto com centros escolares. E destas noventa e cinco turmas, apesar de termos centros escolares com todas as condições, temos quarenta e cinco turmas mistas, ou seja exactamente nos melhores centros escolares de Lousada acontece exactamente o mesmo nos de Paços, nos de Penafiel nos de Vila Franca de Xira ou nos de Lisboa. E eu explico-lhe porquê, de forma a que

todos compreendam. Se o senhor tiver trinta e dois alunos do primeiro ano num centro escolar, faz uma turma com os vinte e seis, e os restantes? Faz uma turma só? Ou tem de lhes juntar alunos de outro ano para completar a turma? Ou será que encomenda meninos via cegonha de imediato para concluir a turma? Eu não consigo fazer isso e o nosso amigo que vive ali em frente, o Senhor dos Aflitos nem ele consegue. Esta é uma realidade inegável em todas as escolas. O centro escolar de Lustosa, o centro escolar de Boim, a escola de Meinedo, a escola de Cristelos, a escola da Boavista, estou a falar das maiores, têm todas turmas mistas e continuarão a ter, infelizmente, mas essa é realidade que eu já conheço desde que comecei a dar aulas há trinta e cinco anos. Eu em Lustosa cheguei a ter trinta e dois alunos de três anos diferentes numa sala. Curioso, como as coisas mudaram. Eu percebo que a volta que querem dar é para chegar a uma determinada situação de Caíde, eu percebo, e digo com a mesma frontalidade, olhos nos olhos, mas também digo olhos nos olhos, e se estiverem aqui os senhores directores dos agrupamentos digo da mesma forma. Ainda na semana passada o senhor director do agrupamento de Caíde esteve em reunião comigo com a presidente da Associação de pais do agrupamento e falamos disso de forma aberta despudorada, e a solução que se encontrou foi uma decisão decidida pelo director do agrupamento, só ele tem competência para isso. Por muito que queiramos de facto não ter turmas mistas, eu penso que só num país com muito dinheiro, como uma Suécia ou outro será possível, e mesmo aí tenho dúvidas que alguém faça uma turma com dez alunos do primeiro ano por que não há mais alunos para pôr na turma a não ser de outro ano de escolaridade. A Carta Educativa está on-line, neste momento mais visível, é preciso ir aos documentos, foi a única possibilidade que se conseguiu em termos da formatação da página e está inclusivamente já com toda a monitorização que foi sendo feita nos últimos meses e que inclui já as aprovações dos sete centros escolares que neste momento estão a concurso, e como disse o senhor presidente em exercício, e para alguns deles ou para quase todos não tenho bem a certeza foram abertas hoje as propostas. Se tudo correr dentro de alguma normalidade, isto é sempre um pouco imprevisível pode haver reclamações, pode haver recursos e os prazos esticam-se, mas se tudo correr dentro da normalidade nós esperamos até ao final deste ano civil entrar em obra em quase todas elas.» -----

----- TERCEIRO PONTO – Fixação de Taxas nos termos do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis -----

razões, por precaução e por preocupação. Precaução porque as receitas próprias do município, incluindo as receitas provenientes deste imposto irão diminuir, acresce ainda o facto de muito provavelmente as transferências da administração central serem cada vez menores para os municípios e Lousada não será certamente imune a essa constatação. Por preocupação, porque atentos aos compromissos do município e à sua liquidez financeira uma redução demasiado acentuada destas receitas com enorme peso nas receitas correntes da autarquia levaria a uma situação de incumprimento das responsabilidades financeiras e sociais do Município, em três palavras, dir-se-á tratar-se do que efectivamente está em causa, equilíbrio financeiro do município. Por outro lado, a preocupação social que sempre tivemos e mantemos não ficará em causa para as famílias verdadeiramente carenciadas uma vez que podem requerer a isenção do pagamento deste imposto. Por fim, queremos acreditar que a obtenção destas receitas podem e devem ser direccionadas para políticas sociais de combate e apoio a situações de marginalidade social no concelho e ao reforço do apoio às Juntas de Freguesia fomentando desse modo a coesão e a justiça social no concelho.» -----

----- Eram vinte e três horas e dezanove minutos quando se ausentou definitivamente desta Assembleia o seguinte membro: Ricardo Jorge Ribeiro Sousa Oliveira. -----

----- Intervenção do Sr. Joaquim Santos do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Li com atenção as declarações de voto dos senhores vereadores da oposição e a do senhor vereador Pedro Machado proferidas na reunião do órgão executivo de seis do corrente. Pergunto o que mudou em receita do IMI do ano passado para este ano que fizesse os senhores vereadores da oposição e os senhores deputados da coligação mudarem o seu sentido de voto? Os valores até subiram e irão continuar a subir, a receita do IMI não tende a baixar. As transferências aumentaram um pouco mais de cem mil euros, o valor patrimonial dos prédios rústicos e urbanos aumentou à volta de cem mil euros e as isenções diminuíram zero vírgula seis por cento. Não me parece pois que haja coerência em relação pelo menos ao ano anterior nesta votação. Estão agora solidários com o município de Lousada com receio que não possam assumir a curto e médio prazo os seus compromissos financeiros por causa da receita do IMI. Não será por causa dela que a Câmara deixará de cumprir os seus compromissos, se bem que seja um bom contributo para tal, conforme afirmou o senhor presidente da

Câmara na reunião citada. A gestão rigorosa que se pratica neste município não deixa nem deixará que isso aconteça. Quanto a mim o que os leva a votar favoravelmente a esta resposta tem um nome, compromisso com o memorando da troika e passo a dizer porquê. Nele segundo o que tenho lido na comunicação social parece que se pede ao governo aumento substancial das taxas de IMI. O governo já o anunciou. Com certeza que estas taxas que vamos aprovar hoje nesta Assembleia subirão para percentagens mais elevadas e mal parecia vocês pedirem redução das mesmas hoje e num futuro próximo se calhar ainda este ano terem de votar as que nos vão ser exigidas. A Câmara fez saber na reunião do executivo de seis do corrente que por sua vontade não procederá a qualquer aumento só por obrigação. Quanto à declaração de voto do senhor vereador Pedro Machado e o que acabei de afirmar faz parte da mesma, exemplar como sempre. Para terminar e ainda sobre a declaração de voto dos senhores vereadores da oposição, vou citar “ mesmo em tempos de grande desafogo financeiro para a Câmara Municipal o executivo socialista nunca esteve solidário com muitas famílias lousadenses que atravessaram imensas dificuldades”. Senhores deputados esta afirmação é de bradar aos céus. Ano após ano quando votamos os documentos de prestação de contas no mês de Abril e se, se trazem para esta Assembleia contratação de empréstimos o que ouvimos da parte dos senhores vereadores da oposição, sempre a mesma coisa, a Câmara está falida qualquer dia não tem dinheiro para pagar ao pessoal, coitados dos que vierem a seguir, etc. Estou aqui há bastante tempo e nunca vi dizer outra coisa. Se havia desafogo financeiro foi intolerável proferirem estas frases. Agora termino mesmo, a Câmara e esta bancada só procederão ao aumento das taxas se forem obrigados. A nossa bancada vai votar favoravelmente esta proposta.» -----

----- Resposta do Sr. Vice-presidente da Câmara: «Relativamente à intervenção do Dr. Carlos Nunes, referiu que nós vereadores do partido socialista nunca estivemos disponíveis para baixar a taxa. Isso não é verdade, porque nós já o fizemos por uma vez. O que aconteceu é que nós deliberamos isso em reunião de Câmara e passado algum tempo foi imposto pelo governo essa redução mas isso foi uma coincidência. Portanto quando toda a gente neste país foi obrigada a baixar as taxas nós já tínhamos em reunião de Câmara aprovado essa redução. Parece também pouco sério do ponto de vista político esta abordagem que faz ao comparar a evolução da receita e o aumento da receita desde dois mil e cinco até dois mil e dez. É óbvio que houve aumento de receita não nos deu novidade

nenhuma. Aliás até podia ter recuado a dois mil e três porque essa evolução tem-se verificado desde dois mil e três. Agora para fazermos uma análise séria, e é aquilo que nós temos dito repetidamente ao longo destes últimos anos, temos dito sempre o mesmo nesta matéria, é que a análise tem de ser feita com base no ano de dois mil e dois. Porquê? Porque no ano de dois mil e dois estava em vigor ainda a contribuição autárquica e foi nesse ano que houve a grande revolução na tributação do património com a introdução do IMI. E é certo que houve municípios que foram favorecidos com estas alterações, Lousada foi muito, muito prejudicada porque teve uma quebra de um ano para o outro abrupta da sua receita, quase um milhão de euros. De facto foi uma quebra brutal, depois conseguimos, à medida que os prédios vão sendo avaliados pelas novas regras, fomos crescendo mas o certo é que estamos em dois mil e onze mas a receita de dois mil e dez ainda é inferior à receita de dois mil e dois. Não podemos ser indiferentes a este cenário e temos que analisar a evolução desde dois mil e dois para fazer uma análise correcta. Para terem uma ideia, se somarmos a diferença de receita relativamente a dois mil e dois, o valor que perdemos durante estes anos todos, é nada mais nada menos que três vírgula cinco milhões de euros. Relativamente ao futuro estou convencido que a curto prazo vamos alcançar a receita de dois mil e dois e à mediada que os prédios vão sendo avaliados pelas novas regras é possível que a receita no futuro nos possa dar alguma margem de manobra. Agora vejo de facto com muita preocupação esta medida que está anunciada de aumento das taxas, eu espero para bem dos lousadenses que não sejamos obrigados a aumentar as taxas porque as pessoas já não têm muito por onde pagar. É evidente, como vocês pela primeira vez reconheceram, os mais desfavorecidos estão protegidos com as isenções mas não podemos dar cabo da classe média. E as medidas que nos últimos tempos têm sido anunciadas, o que estão a fazer é acabar com a classe média. Portanto vemos isto com muita preocupação e conforme assumimos em reunião de Câmara, só se formos obrigados é que subirão as taxas, caso contrário não haverá aumento de taxas de IMI aqui no concelho. Não posso também deixar de comentar uma referência que fez, acho um pouco caricata que é: “ Lousada não está servida de equipamentos públicos de qualidade”, sei que vive cá em Lousada mas parece que não vive, mas pelos vistos conhece mal os equipamentos de excepcional qualidade que o nosso concelho está dotado. Não posso também de chamar à colação a referência que o senhor Santos fez porque de facto também acho pertinente esta incongruência de para um efeito está tudo bem para outro está tudo mal. Para efeito de prestação de

contas estamos endividados, estamos numa situação de pré-falência e daqui a pouco não temos dinheiro para pagar aos funcionários, mas agora para outro efeito já se diz que aqueles tempos que passaram eram tempos de desafogo financeiro, de facto é uma contradição engraçada. E por outro lado, “podíamos ter poupado o esforço das famílias lousadenses que atravessavam imensas dificuldades”. Eu pergunto, e essas dificuldades agora não são ainda maiores? Certamente que serão. É evidente que todos nós e vocês também certamente gostaríamos de ter condições para praticar taxas mais reduzidas mas infelizmente não temos condições para esse efeito e acima de tudo temos de manter esta postura de gestão responsável porque só assim é que se assegura a sustentabilidade desta Câmara e deste concelho.» -----

----- Eram vinte e três horas e vinte e quatro minutos quando se ausentou definitivamente desta Assembleia o seguinte membro: Jorge Simão Teixeira Presidente da Junta de Freguesia de Cristelos. -----

----- De seguida foi posta à votação a proposta número um do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada a aprovação da fixação das taxas de zero vírgula sete por cento para prédios urbanos e rústicos e zero vírgula quatro por cento para prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI, conforme estabelecido nas alíneas b) e c), do nº 1 do art. 112º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis” -----

----- A proposta número um foi aprovada por unanimidade de quarenta e cinco votos, tendo o senhor Carlos Nunes do Grupo Municipal “Lousada Viva”- Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP proferido a seguinte declaração de voto: “ Nós votamos favoravelmente esta proposta, essencialmente, por dois ou três aspectos. Como disse por precaução e por preocupação, mantemos a nossa preocupação com o equilíbrio financeiro do município, no passado a saúde financeira do município já não era boa, mas hoje, certamente, é ainda pior do que aquela que foi no passado. Porque depois o nosso compromisso na salvaguarda e na defesa dos interesses das famílias lousadenses se mantêm. Votamos favoravelmente porque acreditamos que no futuro, muito certamente, pelas palavras que acabamos de ouvir, inclusivamente agora na intervenção do senhor presidente em exercício, atingindo os valores de dois mil e dois, vamos ter uma baixa desta taxa, naturalmente sugerida pelo Partido Socialista que foi

sempre esse compromisso que manteve.” -----

----- QUARTO PONTO - Segunda revisão ao Orçamento da Receita, Despesa e Plano Plurianual de Investimentos; -----

----- Não houve intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, pelo que se passou de seguida à votação da proposta número dois do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada a aprovação da segunda revisão ao Orçamento da Despesa e da Receita e segunda revisão ao Plano Plurianual de Investimentos nos termos da alínea b) do nº 2 do art. 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro” -----

---- A proposta número dois foi aprovada por unanimidade de quarenta e quatro votos -----

---- Não participou na votação o seguinte membro: Jorge Filipe de Almeida Ferreira Peixoto. -----

----- QUINTO PONTO – Eleição de um representante para o Conselho da Comunidade do ACES Tâmega III – Vale Sousa Norte -----

----- Foram apresentadas na Mesa para discussão a proposta número seis do seguinte teor: “ A bancada do Partido Socialista, com assento nesta Assembleia, propõe como representante deste Município para a constituição do Conselho de Comunidade do ACES Tâmega III – Vale Sousa Norte: o senhor José Bernardino Pinto Nogueira” -----

----- E a proposta número sete do seguinte teor: “ O Grupo Municipal da Coligação “Lousada Viva” nesta assembleia Municipal apresenta a candidatura da Dr.ª Cláudia Lousada para representante desta Assembleia no Conselho da Comunidade do ACES Tâmega III – Vale Sousa Norte” ---

----- Não houve intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, pelo que se passou de seguida à votação das propostas apresentadas por voto secreto. -----

----- A proposta número seis foi aprovada por vinte e nove votos a favor, treze contra e três nulos. -----

----- INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

----- Não houve intervenção do público -----

----- Faltou à sessão o seguinte membro: -----

----- Mário Fernando Fonseca; -----

----- Joaquim Cardoso; -----

----- José Nunes, presidente da Junta de Freguesia de Nespereira. -----

----- Não tem direito à senha de presença porque não esteve presente em
pelo menos cinquenta por cento do tempo total da sessão o seguinte
membro: Jorge Manuel Ferraz de Freitas Neto -----

----- Passou-se de seguida à discussão e votação da acta minutada que fica
apensa a esta acta e que foi aprovada por unanimidade quarenta e cinco
votos votos. -----

----- Eram vinte e três horas e cinquenta minutos quando foi dada por
encerrada a sessão. -----

A MESA

